



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

**Processo nº:** 37.877/2015-e

**Órgão de Origem:** Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIPE.

**Assunto:** Estudos Especiais.

**Ementa:**

- Estudos especiais elaborado em atendimento ao item II da Decisão n.º 5.690/2015, acerca das possibilidades de interpretação da legislação que cuida do momento de aferição do limite etário máximo para ingresso nas Corporações do Distrito Federal (CBMDF e PMDF), levando-se em consideração as questões postas nos Processos n.ºs 27.405/2015 e 33.987/2015, bem como as decisões proferidas em demandas judiciais a esse respeito;
- Unidade Técnica: Pela interpretação de que o momento de aferição do limite etário máximo para ingresso nas fileiras do CBMDF e da PMDF deve ser a data de encerramento das inscrições dos respectivos certames.
- MPJTCDF converge, na essência, com o Corpo Instrutivo, no sentido de que o requisito da idade seja aferido quando da inscrição do candidato no concurso público;
- **VOTO** convergente, na essência. A comprovação do requisito etário estabelecido nos arts. 11 das Leis n.ºs 7.479/1986 (CBMDF) e 7.286/1984 (PMDF) deve ocorrer no momento da inscrição no concurso público.

## RELATÓRIO

Tratam os autos de estudos especiais levado a efeito pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIPE acerca do **momento de aferição do limite etário máximo para ingresso nas fileiras do CBMDF e da PMDF**, considerando as questões formuladas em sede de consultas nos Processos n.ºs 27.405/2015 e 33.987/2015, bem como decisões prolatadas a esse respeito em demandas judiciais.

2. O Processo n.º 27.405/2015 tratou de consulta formulada pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal, acerca do tema em epígrafe, requerendo ao TCDF deliberação sobre a questão, no sentido de que a data para aferição do requisito idade para ingresso nas corporações militares fosse a de encerramento da inscrição no respectivo concurso público ou, alternativamente, a data da primeira convocação para o curso de formação.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Todavia, mediante a Decisão n.º 5084/2015, o TCDF não conheceu da consulta por ilegitimidade da entidade.

3. Ao passo que o Processo n.º 33.987/2015, tratando do mesmo tema, refere-se à consulta apresentada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, relatando que a par de terem participado do respectivo curso de formação, por força de medidas liminares (em razão de terem extrapolado o limite etário máximo quando da matrícula no respectivo curso de formação), diversos bombeiros militares corriam o risco de serem desligados da Corporação se as ações judiciais por eles manejadas lhes forem desfavoráveis.

4. Ao final, após trazer a lume a situação dos bombeiros militares, pugnou a CLDF pelo posicionamento técnico do TCDF acerca da matéria, visando a efetivação dos militares, em face do interesse público, mencionando, dentre outras questões, que no bojo do Processo n.º 15.169/2009, que analisou edital de concurso público para o Curso de Formação de Oficiais da PMDF, esta Corte entendeu que a aferição da idade máxima no momento do encerramento das inscrições traria a segurança necessária aos candidatos e evitaria que fossem surpreendidos pelo eventual retardamento do certame. Entretanto, o Tribunal, por meio da Decisão n.º 5690/2015, I, não conheceu da consulta por ausência dos pressupostos de admissibilidade exigidos pelo art. 194, *caput*, e § 1.º, *in fine*, do Regimento Interno do TCDF

5. Contudo, reconhecendo o **elevado interesse público que envolve a questão**, o Tribunal determinou à SEFIPE a elaboração de estudos especiais, em autos apartados, consoante se observa do item II da Decisão n.º 5690/2015:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - não conhecer da consulta formulada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF, mediante o Ofício n.º 460/2015 – GPCL e anexos, ante a ausência dos pressupostos de admissibilidade exigidos pelo art. 194, caput, e § 1º, in fine, do Regimento Interno do TCDF, aprovado pela Resolução nº 38/1990; II – determinar à Sefipe que, em autos apartados, elabore estudos específicos acerca das possibilidades de interpretação da legislação que cuida do momento de aferição do limite etário máximo para ingresso nas Corporações do Distrito Federal (CBMDF e PMDF), levando-se em consideração as questões postas nas duas consultas apresentadas a esta Corte (Processos nºs 27405/15 e 33987/15), bem como as decisões proferidas nas demandas judiciais a esse respeito; III – dar conhecimento desta decisão à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF; IV – autorizar o arquivamento dos autos. (grifo nosso)*

6. Para se desincumbir do encargo lhe imposto, a SEFIPE emitiu instrução (e-DOC 349939C3-e), da qual destaco os seguintes excertos:

(...)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL**

***Das Decisões Judiciais acerca do Tema***

7. Mediante pesquisa ao endereço eletrônico do Supremo Tribunal Federal, verificamos que há vários precedentes da Corte suprema, no sentido de que o requisito relativo ao limite de idade deve ser comprovado no momento da inscrição do concurso público e não no ato da matrícula do curso de formação. A título de exemplo, cite-se os seguintes: ARE 840592/CE, ARE 889387/DF, ARE 685870/MG, ARE 721339/CE4, RE 883512/DF, ARE 843451/DF e ARE 897927/DF.

***Do Estudos***

8. Inicialmente, cumpre relembrar, nos termos da Decisão n.º 5690/2015, que a questão central do presente estudo reside nas eventuais possibilidades de interpretação da legislação que cuida do momento de aferição do limite etário máximo para ingresso nas Corporações Militares do Distrito Federal.

9. Nesse contexto, inicialmente releva destacar que os limites etários para ingresso no CBMDF e na PMDF encontram previsão expressa no art. 42, caput e § 1º, c/c o art. 142, §3º, X, todos da Constituição Federal.

10. No âmbito do Distrito Federal, a questão é regulamentada pela Lei n.º 7479/19865, para o CBMDF, e pela Lei n.º 7286/19846, para a PMDF. Impende consignar que os mencionados dispositivos estão em plena vigência, não havendo qualquer ação no Poder Judiciário questionando as normas em destaque.

11. Pode-se concluir, da leitura dos dispositivos, que os limites etários são aferidos no momento da matrícula nos respectivos cursos de formação. Nesse contexto, entre o início do certame, com a divulgação do edital normativo, e a convocação para o curso de formação, os candidatos aprovados no certame vão avançando na idade, podendo extrapolar o limite máximo, quando efetivamente forem convocados, notadamente se o certame contar com mais de um curso de formação, pois tais limites são aferidos nas diferentes datas de matrícula dos referidos cursos.

12. Com isso, vários candidatos recorrem ao Poder Judiciário, visando a participação nos referidos cursos, conforme restou salientado nas consultas mencionadas alhures.

13. Em nosso sentir, a aferição de um mesmo requisito (idade máxima) em momentos distintos (datas de matrícula em diferentes cursos de formação) traz insegurança jurídica aos candidatos que participam de um concurso público. Por outro lado, a legislação infraconstitucional deixa claro que a aferição do limite etário máximo deve ser feita no momento da matrícula nos respectivos cursos de formação.

14. Relativamente às decisões judiciais proferidas pelo STF, acima mencionadas (no sentido de que o requisito relativo ao limite de idade deve ser comprovado no momento da inscrição do concurso público e não no ato da matrícula do curso de formação), em que pesem tenham sido proferidas em Recursos Extraordinários reconhecidos como de repercussão geral, produzem efeitos tão-somente inter partes, devendo serem aplicadas nos processos judiciais de matéria semelhante.

15. Nesse sentido, cremos que as normas relativas ao requisito de idade máxima para ingresso nas Corporações Militares do DF podem ser interpretadas no sentido de que o respectivo marco de aferição seja a **data de encerramento das inscrições no certame**, na linha das decisões proferidas pelo STF. Com isso, mantêm-se o limite etário máximo como requisito de ingresso nos cursos de formação, com um único marco temporal de aferição, independentemente da quantidade de cursos que os certames viessem a ter.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL**

*16. Tal situação, além de não prejudicar qualquer candidato, privilegiaria o princípio da segurança jurídica, bem como o da isonomia, porquanto o marco de aferição de determinado requisito seria o mesmo para todos os candidatos aprovados no certame, ao passo que os diplomas normativos que regem o ingresso nas Corporações militares se mantêm intactos.*

*17. Releva observar que, a nosso ver, a aplicação literal das normas em comento (aferição da idade máxima na matrícula do curso de formação) não é razoável, porquanto tão-somente força os candidatos a se socorrem do Poder Judiciário, cuja decisão final a ser proferida pelo STF (em sede de Recurso extraordinário), muito provavelmente lhes será favorável, em função dos precedentes citados.*

*18. Por fim, repisamos que a melhor interpretação a ser dada aos dispositivos em comento é no sentido de que a aferição do limite etário máximo para ingresso no CBMDF e na PMDF deve ser realizada na data de encerramento das inscrições respectivos concursos públicos, devendo as Corporações militares tomarem conhecimento desse entendimento.*

**7. Por fim, sugere a instrução:**

*Ante o exposto, sugerimos:*

*I – tomar conhecimento dos presentes estudos especiais elaborados em obediência ao item II da Decisão n.º 5690/2015;*

*II – firmar o entendimento de que a interpretação que deve ser dada ao momento de aferição do limite etário máximo para ingresso nas fileiras do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e da Polícia Militar do Distrito Federal, previsto nos arts. 11 da Lei n.º 7479/1986 e da Lei nº 7289/1984, com redações dadas pela Lei n.º 12086/2009, deve ser a data de encerramento das inscrições dos respectivos certames, em consonância com decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em Recursos Extraordinários com repercussão geral, a exemplo dos ARE 889387/DF e ARE 843451/DF;*

*III – dar conhecimento da decisão que vier a ser proferida ao Governador do Distrito Federal, ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e à Polícia Militar do Distrito Federal;*

*IV – autorizar o arquivamento dos presentes autos.*

**8. Solicitado a se manifestar sobre o assunto em tela, o MPjTCDF emitiu o Parecer n.º 342/2016–ML convergindo, na essência, com o entendimento manifestado pela Unidade Técnica.**

**É o Relatório.**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

**VOTO**

9. Cuidam os autos de estudos especiais levado a efeito pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIPE acerca do **momento de aferição do limite etário máximo para ingresso nas fileiras do CBMDF e da PMDF**, considerando as questões formuladas em sede de consultas nos Processos n.ºs 27.405/2015 e 33.987/2015, bem como decisões prolatadas a esse respeito em demandas judiciais.

10. Nesta fase, examina-se os estudos especiais elaborado pela SEFIPE, em atendimento ao item II da Decisão n.º 5690/2015:

*II – determinar à Sefipe que, em autos apartados, elabore estudos específicos acerca das possibilidades de interpretação da legislação que cuida do momento de aferição do limite etário máximo para ingresso nas Corporações do Distrito Federal (CBMDF e PMDF), levando-se em consideração as questões postas nas duas consultas apresentadas a esta Corte (Processos n.ºs 27405/15 e 33987/15), bem como as decisões proferidas nas demandas judiciais a esse respeito;*

11. A Instrução, após historiar o feito, traz a lume várias decisões judiciais sobre o tema proferidas pelo Supremo Tribunal Federal -STF, bem como as leis que regulamentam a questão no âmbito do Distrito Federal – Lei n.º 7.479/1986 (CBMDF) e Lei n.º 7.286/1984 (PMDF).

12. No que concerne às decisões judiciais, expõe a instrução que verificou vários precedentes do Pretório Excelso no sentido de que **o requisito alusivo ao limite de idade deve ser comprovado no momento da inscrição no concurso público** - ARE 840592/CE, ARE 889387/DF, ARE 685870/MG, ARE 721339/CE4, RE 883512/DF, ARE 843451/DF e ARE 897927/DF.

13. Quanto às leis de regência da matéria, entende o Corpo Técnico que uma interpretação literal dos dispositivos que tratam da questão conduz a uma compreensão de que os limites etários para ingresso nas corporações são aferidos no momento da matrícula nos respectivos cursos de formação.

14. Contudo, considerando as decisões proferidas pelo STF, assim como os princípios da segurança jurídica, da isonomia e da razoabilidade, propugna a Instrução que a melhor interpretação a ser dada aos dispositivos legais que tratam do assunto, é no sentido de que a aferição do limite etário para ingresso no CBMDF e na PMDF deve ser realizada **na data de encerramento das inscrições do concurso**.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

15. Ao apreciar o feito, o MPJTCDF, convergindo na essência com a Unidade Técnica, emitiu o Parecer n.º 342/2016–ML, e, lançando mão do princípio da concordância prática de interpretação e de consolidada jurisprudência do c. STF, concluiu ser mais razoável que **o requisito da idade seja aferido quando da inscrição do candidato do concurso público.**

16. Prefacialmente, cumpre informar, consoante já pontuado pelo Corpo Técnico e pelo *Parquet*, que o limite de idade para ingresso no CBMDF e na PMDF contido no art. 11 das Leis nºs 7.479/1986 e 7.289/1984 se harmoniza com o entendimento do Poder Judiciário, conforme se depreende do teor da Súmula 683<sup>1</sup> do STF.

17. Assim, a análise do presente estudo se circunscreve à definição do **momento de aferição do limite etário para ingresso nas respectivas corporações**, requerendo, para tanto, a **interpretação de preceito legal**, e não de declaração de inconstitucionalidade de norma, que depende da cláusula de reserva de plenário<sup>2</sup>, consoante entendimento firmado pelo STF.

18. Impende salientar que a interpretação da norma jurídica busca traçar um elo entre o texto normativo abstrato e o fato concreto. Essa interpretação deve trazer a lume o seu **significado e validade**, alcance social e valores que levam ao bem comum, existindo, respectivamente, para cada um desses fins, vários métodos de interpretação - **gramatical, lógico e sistemático**; histórico e sociológico; teleológico e axiológico.

19. De antemão, não obstante de uma interpretação **gramatical** poder se concluir dos textos legais que a aferição de idade máxima para o ingresso nas corporações deve se dar no momento da matrícula no curso de formação, entendo que esse exame literal e isolado restringe o alcance da norma e não se coaduna com o ordenamento jurídico geral.

20. Em uma análise mais acurada da questão, constato que a adoção da data de realização do(s) curso(s) de formação como marco temporal de aferição do limite etário para ingresso nas corporações, não obstante tal possibilidade constar expressamente do texto legal, pode violar os **princípios da isonomia, da boa-fé objetiva e da proteção à confiança, da razoabilidade e da segurança jurídica.**

---

<sup>1</sup> O limite de idade para inscrição em concurso público só se legitima em face do artigo 7º, inciso XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

<sup>2</sup> ARE 758.596 AgR, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Roberto Barroso**, DJe de 4/9/2014 e ARE 709.423 AgR, **Primeira Turma**, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> **Rosa Weber**, DJe de 5/6/2014.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL**

21. Verifica-se de plano uma provável ocorrência de infração ao princípio da **isonomia**, a realização de mais de um curso de formação no decorrer da validade do certame - o que ocorre com certa frequência, dada a complexidade desse tipo de seleção, dos imprevistos e das necessidades da Administração Pública -, pois, **candidatos aprovados dentro do número de vagas do concurso, com a mesma idade na data da inscrição**, poderiam ser aceitos e outros eliminados, caso houvesse mais de um curso de formação, fato, por sinal, bastante provável de ocorrer.

22. O princípio da **boa-fé objetiva** impõe à Administração Pública o dever de agir com uma boa dose de previsibilidade, com vistas a promover estabilidade e coerência em seu comportamento.

23. Assim, a Administração Pública não pode, durante certo lapso gerar expectativas no administrado e, inesperadamente, criar embaraços que lhes impeçam de exercer determinado direito, sob pena de atingir, irremediavelmente, o princípio da **proteção à confiança** depositada no Estado pelo cidadão, visto que, ao publicar o edital com as **regras e o cronograma** do certame, presume-se que o Estado irá cumpri-lo, caso contrário, os administrados não podem arcar com eventuais consequências nem serem sancionados.

24. Outrossim, **diante da impossibilidade de se dimensionar o período decorrido entre a abertura das inscrições do concurso e a data da efetiva convocação para realização do curso de formação**, a interpretação literal do comando normativo carece de **razoabilidade** e traz **insegurança jurídica** para o procedimento administrativo, contribuindo para desestabilização da relação jurídica entabulada e, por conseguinte, para judicialização da matéria.

25. Destarte, releva assinalar que o STF já firmou jurisprudência no sentido de que a comprovação do requisito étário deve ser realizada no **momento da inscrição no certame e não da inscrição no curso de formação**, a despeito do contido nas normas que disciplinam o assunto no âmbito do CBMDF e PMDF, conforme reafirmado no Agravo Regimental interposto pelo GDF no Recurso Extraordinário n.º 889.387/DF com Agravo, cuja ementa transcrevo a seguir:

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. LIMITE ETÁRIO. COMPROVAÇÃO NO MOMENTO DA INSCRIÇÃO. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*(ARE 889.387 AgR/DF, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 15/10/2015).*

26. Nesse sentido, ainda, os seguintes precedentes: ARE 685.870-AgR, Rel. Min. **Cármem Lúcia, Segunda Turma**, DJe de 12/2/2014; ARE 741.815-AgR, Rel. Min. **Ricardo Lewandowski, Segunda Turma**, DJe de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

13/2/2014; ARE 721.339-AgR, **Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma**, DJe de 1º/2/2013; ARE nº 840.592/CE, Rel. Min. **Roberto Barroso, Primeira Turma**, DJe 7/8/2015; dentre outros.

27. No e. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF, consoante já mencionado pelo Douto *Parquet*, o entendimento não se reveste, ainda, de uniformidade, contudo, decisão recente daquele Tribunal vai ao encontro dos julgados do STF, conforme se observa do Acórdão n.º 927282, 20130110795585APO, Relator: **Sebastião Coelho, Quinta Turma Cível**, Data de Julgamento: 02/03/2016, Publicado no DJE: 18/03/2016. Pág.: 229.

28. Importante trazer a lume, também, inovações do novo Código de Processo Civil – CPC/2015 que reforça, sobremaneira, a observância de **precedentes jurisprudenciais** decorrentes de casos que guardam identidade, consoante se extrai do art. 927:

*Os juízes e os tribunais observarão:*

*(...)*

*III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;*

*(...) (grifo nosso)*

29. Percebe-se nitidamente no CPC/2015 a preocupação do legislador em valorizar a jurisprudência dos tribunais superiores e do órgão especial aos quais estiverem vinculados, para que elas sirvam de paradigma para os demais julgadores. Logo, a tendência é de que o TJDF ou outro Tribunal, ao ser provocado para dirimir controvérsias idênticas à aqui tratada - **momento de aferição do limite etário máximo para ingresso nas fileiras do Corpo de Bombeiros ou da Polícia Militar** -, convirjam para o entendimento manifestado pelo STF, ressalvado o livre convencimento inerente à atividade judicante.

30. Por fim, não obstante a controvérsia de que se reveste o presente tema, sublinho que a PMDF, no Edital n.º 41 – DGP/PMDF, de 11 de dezembro de 2012, adotou como requisito etário de ingresso na corporação **o último dia de inscrição no concurso**, conforme excerto extraído do edital em comento:

**3. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA DO CARGO**

**3.1 Os candidatos deverão observar os requisitos gerais para ingresso na PMDF e matrícula no Curso de Formação de que trata este edital.**

**3.2 DOS REQUISITOS GERAIS**

*(...)*

*c) possuir a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, até a data de ingresso na PMDF, e a idade de 30 (trinta) anos completos, até o último dia de inscrição no concurso (não ter completado 31 (trinta e um) anos de idade)*

*(...) (grifo nosso)*

31. Isso demonstra cabalmente que uma das corporações, encarregada diretamente da aplicação do dispositivo ora em discussão, adota o





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

entendimento de que o momento de aferição da idade não deve ser o da realização do curso de formação.

32. Desse modo, com vistas a agasalhar de forma sistêmica os princípios jurídicos invocados, assim como conformar a aplicação do disposto nos arts. 11 das Leis n.ºs 7.479/1986 (CBMDF) e 7.286/1984 (PMDF) à sedimentada jurisprudência do c. STF, entendo adequado, necessário e proporcional que **o requisito etário para ingresso nessas corporações deva ser verificado no momento da inscrição no respectivo certame.**

33. Ante o exposto, e em consonância com as conclusões do Corpo Técnico e do *Parquet*, Voto por que o e. Plenário:

I. tome conhecimento dos estudos especiais levado a efeito pela SEFIPE (e-DOC 349939C3-e), dando por cumprido o item II da Decisão n.º 5.690/2015, proferida no Processo TCDF nº 33987/2015-e;

II. firme entendimento de que a comprovação do requisito etário, estabelecido nos arts. 11 das Leis n.ºs 7.479/1986 (CBMDF) e 7.286/1984 (PMDF), deve ocorrer no momento da inscrição no concurso público;

III. dê conhecimento da decisão que vier a ser proferida ao Governador do Distrito Federal, ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e à Polícia Militar do Distrito Federal;

IV. autorize o arquivamento dos presentes autos.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2016.

**MÁRCIO MICHEL**  
Conselheiro-Relator